

Constituinte não atrai nem parlamentares

A sessão da Assembléia Constituinte, ontem, voltou a apresentar uma fraca presença de constituintes em plenário, fato que vem se repetindo desde a semana passada, quando foi iniciada a discussão do projeto de regimento interno definitivo da Casa. As 14 horas, quando o presidente Ulysses Guimarães abriu a reunião, a lista de frequência acusava a presença de 201 deputados e senadores no prédio do Congresso, mas em plenário não havia o número regimental exigido de, no mínimo, 94 constituintes, para que a sessão pudesse prosseguir.

Mais uma vez, por iniciativa do senador Fábio Lucena (PMDB-AM), Ulysses foi obrigado a suspender a sessão por 30 minutos retornando aos trabalhos às 14h30, mesmo sem a presença dos 94 constituintes exigidos pelas normas provisórias. Nos momentos de maior movimentação da reunião o plenário acolheu apenas 78 constituintes.

Encerramento

Ao ser encerrada a sessão, pelo secretário da Mesa, deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), às 17 e 30 horas, portanto, 30 minutos antes do previsto somente 15 constituintes permaneciam em plenário.

Ulysses propõe novo horário

O presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães, propôs ontem, ao relator do projeto de regimento definitivo da Casa, senador Fernando Henrique Cardoso, que as sessões ordinárias sejam realizadas das 14 e 30 às 18 e 30 horas, de segunda às quintas-feiras; às sextas-feiras o plenário funcionaria pela manhã, como ocorria até o ano passado com a Câmara.

Ulysses quer evitar o esvaziamento do plenário da Constituinte nos primeiros minutos das sessões. Durante o funcionamento provisório da Assembléia, ele foi obrigado diariamente a suspender a reunião por 30 minutos até às 14 e 40 horas por falta de quorum no plenário.

O deputado Ulysses Guimarães reuniu-se à tarde com Fernando Henrique Cardoso e o presidente do Senado, Humberto Lucena, a quem propôs que durante os trabalhos da Constituinte, a Câmara, Senado e Congresso Nacional funcionem excepcionalmente. Segundo Ulysses, a Câmara e o Senado teriam apenas uma Comissão, cada uma, funcionando para examinar os projetos considerados essenciais tanto de iniciativa do Executivo como do Legislativo.

Centristas vão debater crise sócio-econômica

A crise sócio-econômica e sua repercussão na situação político-institucional, capaz de colocar em risco a estabilidade democrática e a atuação da Assembléia Constituinte, serão examinadas pelos líderes e dirigentes dos partidos de centro — reunindo mais de 200 constituintes.

O encontro será realizado terça-feira próxima, pela manhã. Participarão dirigentes e líderes do PFL, do PDS, do PTB, do PDC e do PL. Deverá ser avaliada a crise sócio-econômica e definidas normas para uma cobrança de soluções ao governo, "dentro da preocupação maior pelos interesses nacionais", conforme afirmou um dos coordenadores da reunião.

Colocando-se à margem do PMDB e dos chamados partidos ideológicos — PCB, PT, PC do B, PDT e PSB — os constituintes "moderados" acham que, aglutinados, poderão influir no processo de elaboração da nova Cons-



tituição e, ao mesmo tempo, reclamar soluções e discutir alternativas à crise econômica — "que está cada dia mais caótica".

A primeira reunião deverão comparecer Maurício Campos, Carlos Chiarelli e José Lourenço, pelo PFL; Jarbas Passarinho e Amaral Netto, pelo PDS; Mauro Borges e Siqueira Campos, pelo PDC; Alvaro Valle e Adolfo Oliveira, pelo PL; Carlos Alberto e Gastone Righi, pelo PTB. Segundo um dos organizadores

Conselho do Governo volta a se reunir

O presidente José Sarney decidiu reativar o Conselho Político, reconhecendo as dificuldades de relacionamento entre o Executivo e o Congresso Nacional. A primeira reunião deverá ocorrer, segundo ele comunicou ontem aos líderes do PMDB e do PFL no Senado, na próxima semana ou logo após o recesso branco do carnaval, o que é mais provável.

Trata-se de mais um esforço do presidente para conseguir a coesão que vem pregando nos últimos dias com muita insistência em função da crise que o governo atravessa. O presidente Sarney revelou aos senadores, durante uma audiência fora de agenda, no meio da tarde, que as desinformações oriundas do Executivo tem repercutido negativamente contra ele próprio no Congresso, e acredita que a articulação dos líderes com assento do conselho político servirá para entrosar a classe política com o Palácio do Planalto.

Tomam assento no conselho político, que não se reúne há seis meses, os líderes das bancadas do PMDB e do PFL na Câmara e Senado, os ministros do Gabinete Civil, Marco Maciel, e da Justiça, Paulo Brossard, além da nova figura do líder da maioria na Câmara, Carlos Sant'Anna. No ano passado, esse conselho se reuniu nove vezes. A última foi em 12 de agosto.

Demora não é importante, diz Brossard

Recife — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse ontem, em Recife, que para a Assembléia Nacional Constituinte chegar a um bom resultado é preciso que determine um método de trabalho objetivo e, nesse sentido, uma possível demora na elaboração do regimento interno é uma questão secundária, a qual não é da sua competência.

Para Brossard, se houver alguma demora na elaboração desse regimento, isso poderá servir como um convite para que os constituintes façam uma reflexão sobre o seu papel. Ele considera importante apenas que as coisas sejam bem feitas, independente do tempo que isso possa levar até ser concluído.

Segundo o ministro, o país está empenhado em fazer uma Constituição que somente será nova em parte, pois há determinadas conquistas que não são novas e nem por isso devem ser abandonadas, mas sim preservadas. Disse ainda que é preciso distinguir aquilo que já faz parte do patrimônio constitucional da nação tanto no ponto de vista jurídico como político e o que deverá ser elaborado e introduzido.

O ministro, que deu prosseguimento ontem a mais uma etapa de contatos com os governadores do Nordeste, encontrou-se pela manhã com o governador de Pernambuco, Gustavo Krause. Antontem ele esteve com o governador eleito, Miguel Arraes, com quem jantou e conversou longamente.

Brossard considerou "excelente" o seu contato com os governadores e disse que a "missão teve êxito integral".

Mário Covas pede atenção à tecnologia

"Precisamos instruir o comportamento dos constituintes no que se refere ao capítulo da tecnologia nacional a ser inserido na próxima Constituição do Brasil". A declaração foi feita pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) ao discursar, ontem, numa recepção do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) aos parlamentares ligados ao setor.

Para Mário Covas, ainda, "os constituintes de 1987 não podem deixar de valorizar a tecnologia nacional, única forma do país sair da posição de dependência externa em que se encontra".

Cardoso defende maior coesão

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, defendeu ontem a necessidade de uma "coesão nacional" para o País promulgar sua nova Constituição e enfrentar os problemas da política econômica a nível interno e externo. A atual crise, observou, tem reflexos na economia mas é fundamentalmente política porque para ser resolvida, precisa de unidade.

Para serem resolvidos os problemas econômicos, exige-se unidade política, e esta não pode ser obtida em termos de cargos e posições. Temos que ter uma visão grandiosa do Brasil — afirmou.

Para o senador, a falta de unidade no governo será resolvida quando for encontrado um caminho único para a economia. Esse caminho, segundo o senador, é a meta do presidente José Sarney, de manter a taxa de crescimento e de emprego.

— Todas as vezes que o País

do encontro dos partidos de centro, à medida em que se agravou o setor econômico-financeiro do país, a estabilidade do regime de transição corre riscos.

Acham aqueles dirigentes que no momento em que a Assembléia Constituinte começa a dar seus primeiros passos, todos têm o dever de lutar pela estabilidade institucional, pela paz social, para evitar o retrocesso e as soluções extremistas — da direita ou da esquerda.

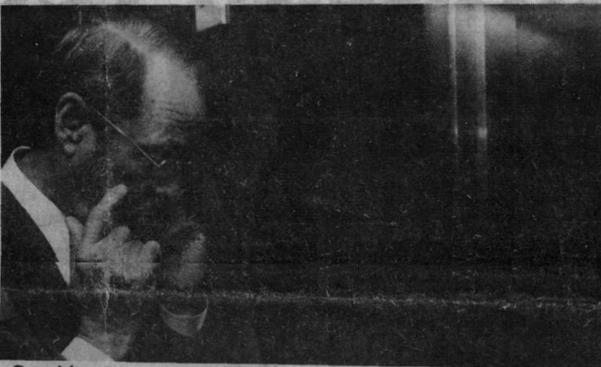
Os líderes do PFL, do PDS, do PTB, do PL e do PDC estão convencidos de que não podem ficar passivos diante das incertezas e indefinição que marcam o relacionamento do governo com o PMDB. Também não podem ficar indiferentes, dizem eles, à ação organizada das esquerdas, que já começaram a mostrar o que querem, pela atuação, dentro e fora da Constituinte, do PCB, do PSB, do PT, do PC do B, do PDT.

passa por dificuldades econômicas, as pessoas disparam em caminhos direfentes. Quando as pessoas perceberem isso e descobrirem o caminho, esse tiroeteio acaba — disse.

O senador fez essas declarações após uma audiência com o presidente José Sarney, da qual participou ainda o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. Os assuntos que trataram com o presidente foram políticos econômicos; conselho político e funcionamento do Senado com relação ao Governo.

Fernando Henrique saiu da audiência afirmando que o presidente terá apoio político para fazer mudanças na economia. Destacou os ganhos proporcionados pelo Plano Cruzado, tais como distribuição de renda e melhoria do setor social em geral, e garantiu que tem se esforçado para manter a coesão política no governo.

Nélio Rodrigues



Sant'Anna garante que quer "unir" e não "fragmentar" o PMDB

Santana descarta o "partido do Sarney"

O líder da maioria, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), rebelou-se ontem contra as notícias de que ele poderia estar articulando a formação do partido do presidente Sarney: "Se houvesse essa missão de fragmentar o PMDB, com certeza o presidente Sarney não iria me convocar", reagiu o deputado, argumentando que sua tradição dentro do partido sempre foi de trabalhar por sua união e coesão.

Sua missão é unir todas as forças e não fragmentar, segundo argumentou o deputado baiano, ao sair do Palácio do Planalto, onde esteve com os ministros Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, Rubens Bayma Denny, chefe do Gabinete Militar, e Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações — SNI. Carlos Sant'Anna nada revelou dessas conversas, argumentando que, na qualidade de líder do governo na Câmara, esteve apenas fazendo uma visita de cortesia.

Na véspera o deputado

informou que esteve visitando o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia. Mas disse que não falaram sobre as críticas feitas pelo ministro ao uso eleitoral do Plano Cruzado. Informou, contudo, que está pensando em levar o ministro Dilson Fumaró ao Congresso, para um amplo e franco debate com os parlamentares onde ele apresentará um diagnóstico da situação e fará uma avaliação das medidas e planos na área econômica.

Desse modo, Carlos Sant'Anna não considerou importante, agora, a proposta de deputada Bete Mendes para uma convocação extraordinária do Congresso, com o objetivo de apreciar a crise econômica e política do momento. O importante, de acordo com o deputado, é que a área parlamentar se sinta participativa nos estudos e nas correntes de opinião, até colaborando com os especialistas. Numa segunda etapa, talvez a idéia da deputada fosse oportuna, na avaliação de Sant'Anna.

Líderes homologam indicação

Com assinaturas do líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, e do líder do PFL, deputado José Lourenço, foi formalizada ontem, perante a Mesa Diretora, a indicação do deputado Carlos Santana como líder da maioria na Câmara dos Deputados. Com base em dispositivo regimental, o deputado Amaral Netto (PDS) vai reivindicar seu reconhecimento formal de líder da minoria. "Se isso se confirmar, rasgarei o regimento interno da Câmara", — advertiu José Genoíno (PT).

Com relação às lideranças da Assembléia Constituinte, ainda não fizeram as designações o PMDB, o PDT, o PTB e o PL. Dos demais partidos os líderes na Assembléia Constituinte são os seguintes: José Lourenço, do PFL; Amaral Netto, do PDS; Roberto Freire, do PCB;

Mauro Borges, do PDC; Haroldo Lima, do PC do B; Jamil Haddad, do PSB; Luiz Ignácio «Lula» da Silva, do PT; e Antônio Farias, do PMB.

No PMDB, a liderança do partido na Assembléia Constituinte está causando conflito entre deputados e senadores. A bancada do Senado reivindica a indicação de um senador — seria Mário Covas, a Câmara prefere um deputado.

Poderá ser encontrada uma fórmula conciliatória; revezamento entre o senador Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, e deputado Luiz Henrique, líder na Câmara, na liderança do PMDB na Constituinte. Há informações, porém, de que na escolha de Fernando Henrique no Senado houve acordo para a indicação de Mário Covas às funções de líder do PMDB na Constituinte.

Partido preocupa Simon

Porto Alegre — O governador eleito, Pedro Simon (PMDB), também primeiro vice-presidente nacional do partido, viajou, ontem a Brasília para reunir-se com o deputado Ulysses Guimarães, dirigente nacional do PMDB, e outras lideranças, para discutir maneiras de contornar a crise interna vivida pelo partido. Antes de embarcar, ele afirmou que "as

divergências e o jogo de que a divisão é o melhor, são um deserviço ao partido, aos seus membros e a nação".

Pedro Simon deverá deixar o cargo na cúpula partidária até o dia 15 de março, quando assume o governo no Rio Grande do Sul e, desde já, começaram as articulações para sua substituição.

Pompeu rechaça a proposta de recesso do PDS

"A Constituinte foi eleita para trabalhar, não para brincar o Carnaval". A frase do senador Pompeu de Souza (PMDB/DF) reflete, em síntese, como os constituintes receberam a proposta do líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, de estabelecer recesso parlamentar de 28 dias até 16 de março, sob a alegação das festas de Momo e posse dos governadores.

Os parlamentares consideraram até razoável o recesso no Carnaval, mas além disso seria "brincadeira de mau gosto". "Basta o Carnaval, afinal estamos trabalhando duro e ficar em recesso até dia 16 seria inconcebível", argumentou o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, avesso à tese do líder pedesista.

Ele acha que a posse dos governadores nada tem a ver com os trabalhos constituintes, indagando: "Eles vão tomar posse em único dia, então por que passar a primeira quinzena de março de braços cruzados?". Na Frente Liberal, a proposta de Amaral Netto causou o mesmo espanto, motivando ironias.

"E, o Amaral quer mesmo fazer uma festa para os governadores. Pena que o PDS não tenha nenhum", afirmou o deputado Chagas Duarte (PFL/RO). Na avaliação dos constituintes o líder do PDS pode até se esforçar para aprovar sua proposta, mas ela não vai passar, até porque já estão bastante escaldados com as denúncias da imprensa de não comparecerem às sessões plenárias: "Imagine simplesmente sair em recesso e só voltar no dia 16", advertiu Chagas Duarte.

Petebista proporrá viagem aos estados

Roland Marinho Sierra
Especial para o JBr

São Paulo — O deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), membro da Comissão do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, afirmou ontem ser favorável à autorização para que as comissões que vão escrever a nova Constituição possam viajar por todo o País, tornando-se assim comissões itinerantes, sem prejuízo dos trabalhos no próprio Congresso.

Parlamentar de primeiro mandato, o deputado petebista mostra-se surpreso com o que qualifica como "isolamento de Brasília em relação ao País". "É preciso, disse ele em São Paulo, que os constituintes vejam e ouçam o que se passa em cada região, em cada estado. Os problemas do Sul são totalmente diferentes dos do Norte, os grandes centros urbanos são diversos dos problemas do interior. Cada região do Brasil tem sua própria peculiaridade, que deve estar refletida de alguma forma na Constituição que será feita por nós".

Acrescentou que há mais de uma emenda nesse sentido e ele será um dos defensores durante a votação do regimento definitivo em plenário, entendendo que o Governo e os políticos, em Brasília, recebem informações de segunda mão, em muitos e importantes casos.

Defensor também de doze comissões e não apenas das cinco previstas no regimento provisório, Arnaldo Faria de Sá afirma que grupos de cada uma dessas comissões podem se deslocar para outras regiões sem prejudicar o andamento do trabalho de elaboração da Constituição.

Aprovação

Apesar do grande número de emendas apresentadas à comissão de que faz parte, o deputado paulista afirma que até a próxima quinta-feira o projeto definitivo estará formalizado e entregue ao presidente Ulysses Guimarães, passando à fase de discussão e votação. Assim, até o final deste mês o regimento estará aprovado e a Constituinte passará imediatamente à sua função básica. Mesmo assim à seu ver a data de 7 de setembro, lembrada pelo deputado Ulysses Guimarães para a promulgação da nova Carta, é temerária; em princípio, a promulgação deve ocorrer em novembro. E mesmo assim precedida por um referendo popular.

Com relação ao excesso de emendas recolhidas até antontem pela comissão, Faria de Sá não vê razão para preocupações com a data final de preparação do regimento definitivo, na forma de substitutivo (a cargo do senador Fernando Henrique Cardoso), pois "o esboço do regimento provisório não tinha o compromisso de qualquer das lideranças com o conteúdo e sabemos, portanto, que o número de propostas seria grande, por volta de setecentas. Ocorre que muitas são repetitivas e outras não dizem respeito ao regimento sim à própria essência da Constituição, como a que permite resoluções constitucionais ou a que pretende fixar o mandato do atual presidente da República".

Entende ainda o parlamentar paulista que o prolongamento do quadro de dificuldades econômicas e sociais pode prejudicar intensamente o trabalho Constituinte, pois seria o mesmo que "construir um edifício sobre um terreno pantanoso". E faz uma previsão não muito otimista:

"Se o presidente da República não conjurar a atual crise econômica e social até meados do ano, a Constituinte poderá caminhar para a redução do tempo de seu mandato, a meu ver até convocando eleições diretas para 1988. Atualmente, a tendência para essa redução não tem o apoio da maioria, mas pode reverter se o quadro crítico não for superado".

PMDB critica a ida do PTB ao Planalto

O deputado Roberto Jeferson (RJ), líder em exercício do PTB, disse ontem que a reunião marcada para quinta-feira, entre o presidente Sarney e a bancada de seu partido, servirá apenas "para reter a confiança e o apoio de sempre prestados pelo PTB ao governo da Nova República".

Analizado como um sinal de "fraqueza" pelo líder do PDS, deputado Amaral Netto, ou como um "sintoma de direitização do Governo", pelo deputado petista José Genoíno, o acordo não é bem-visto, também, pela ala progressista do PMDB. O deputado Hélio Duque, por exemplo, vê nele uma "insegurança" do Governo em relação ao PMDB e a deputada Cristina Tavares é até irônica: "Diante do tamanho da bancada, creio que o acordo servirá apenas para que o PTB ganhe a direção de algum órgão. Vai ver eles estavam precisando de um superintendente para a Cobar e o Governo resolveu fechar acordo com o PTB".

Segundo o petebista Roberto Jeferson, não existe qualquer cargo em jogo e nem sequer há um acordo: "Não se trata de acordo, já que sempre estivemos do lado do governo Sarney. O que acontece é que, como sempre o apoiamos — antes, durante e depois do sucesso do Plano Cruzado — o Presidente achou por bem dividir responsabilidades com o partido.